

Orçamento prevê gastos de R\$ 13,4 bi com Bolsa Família

Número de famílias a serem atendidas em 2011 deve ficar em 12,7 milhões, segundo a proposta do governo



Os gastos com o programa Bolsa Família no ano que vem foram estimados em R\$ 13,4 bilhões na proposta orçamentária que chegou ao Congresso na semana passada. Isso representa um aumento de R\$ 300 milhões em relação às despesas previstas para 2010. A estimati-

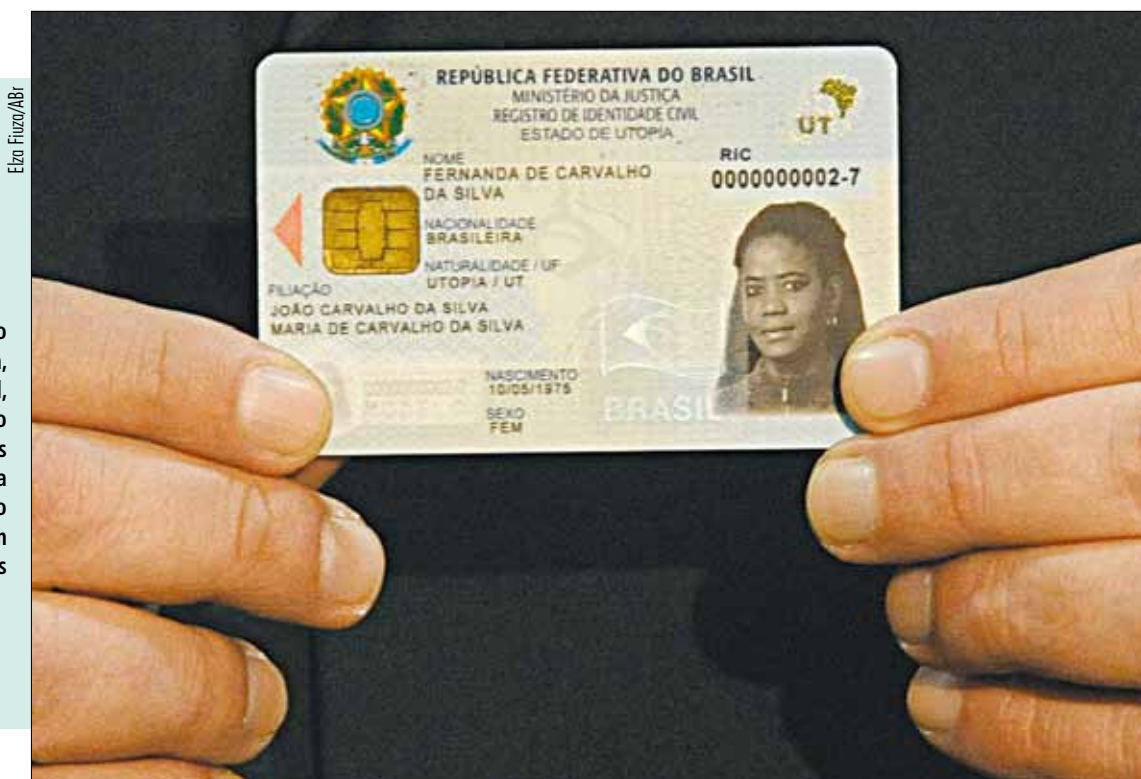
va de aumento de despesas se deve à mudança de perfil de algumas famílias que passarão a receber um valor maior, conforme o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. A comissão mista, composta por deputados e senadores, espera votar o Orçamento até 14 de dezembro. **3**

Família beneficiada pelo Bolsa Família em Buíque, Pernambuco: números do programa constam de informativo conjunto divulgado pelas consultorias do Senado e da Câmara dos Deputados

Comissão debate novo CPC em São Paulo **4**

Belo Horizonte discute Código Eleitoral **4**

Plenário homenageia os administradores **2**



Cartão magnético terá fotografia, impressão digital, chip eletrônico e informações completas: fim da necessidade de o cidadão andar com vários documentos

Após 13 anos, nova identidade única vira realidade

Começa a ser distribuído em dezembro o novo Registro de Identificação do Cidadão, que vai substituir a atual identidade e unificar vários registros do brasileiro (CPF, título de eleitor e PIS-Pasep, entre outros). O documento foi criado por uma lei de 1997, de Pedro Simon, só agora implementada. **3**

Homenagem aos mais de 300 mil profissionais do setor no país foi proposta pelo senador Marconi Perillo

Senadores comemoram 45 anos da profissão de administrador

OS SENADORES COMEMORAM em Plenário hoje, às 14h, os 45 anos de regulamentação da profissão de administrador. A celebração acontece no período do expediente, que antecede a parte destinada aos discursos.

Para o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que sugeriu a homenagem, a profissão de administrador tem se tornado, ao longo dos anos, uma atividade que decide o destino de milhares de organizações públicas e privadas.

"Final, o administrador é a pessoa responsável pelo gerenciamento de recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros, visando a soluções e resultados eficazes para as organizações com as quais estão comprometidos", afirmou.

A profissão foi criada pela Lei 4.769/65. Atualmente, segundo informações do Conselho Federal de Administração (CFA), existem 304.244 administradores registra-

dos nos conselhos regionais de administração (CRAs), havendo ainda o registro de 34.794 pessoas jurídicas – empresas e escritórios técnicos que exploram atividades privativas do administrador.

Há dez anos, eram 973 os cursos registrados. Atualmente, são 1.770 faculdades – 27% delas no estado de São Paulo.



Administrador decide o destino de milhares de organizações, diz senador

Esterilização de animais de rua é aprovada por internautas

Em agosto, 6.466 internautas opinaram, através de enquete da Agência Senado, sobre a esterilização de cães e gatos de rua como forma de controle de natalidade desses animais. O tema é tratado em projeto de lei da Câmara (PLC 4/05) para evitar o sacrifício e estimular a posse responsável. A pesquisa foi encerrada no dia 31 com 90% de votos favoráveis ao projeto e 10% contrários.

Hoje, a maioria dos animais capturados é sacrificada, mesmo se eles forem saudáveis. O projeto cria um programa de esterilização com o emprego de castração cirúrgica ou de outro método. Alterada pelo Senado, a proposta voltou ao exame da Câmara.

Enquetes

A cada mês, o internauta pode opinar sobre projetos em tramitação no Senado por meio

das enquetes promovidas pela Agência Senado e pela Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop). Temas polêmicos provocam intensa participação, como foi o caso do projeto que visa punir a discriminação de homossexuais, com mais de 465 mil votos, 52% contrários à proposta. Já projeto que acaba com o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como condição para o exercício da profissão teve mais de 167 mil votos, 94,3% deles favoráveis ao fim da prova.

Neste ano foram realizadas, entre outras, enquetes sobre proibição de fumo em locais fechados, progressão de pena para condenados por crimes hediondos e extensão das regras da CLT para empregados domésticos. Em setembro, o tema é o projeto (PLC 72/07) que dá aos transexuais o direito de mudar o nome em seus documentos.



Virgílio: LER/Dort devem aposentar por invalidez

Doenças ou lesões causadas pelo serviço podem permitir a aposentadoria por invalidez aos segurados da Previdência Social. É o que propõe projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentado ontem.

A proposta estabelece aposentadoria por invalidez para casos de doenças causadas por sobrecarga na coluna vertebral ou doença renal hipertensiva adquirida pelos trabalhadores em transporte rodoviário de passageiros ou de cargas. Propõe ainda a aposentadoria para empregados que sofrerem lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/Dort).

Virgílio observa que aumenta a variedade de doenças do trabalho, sendo que algumas delas podem tornar o trabalhador incapaz de prosseguir desempenhando suas atividades profissionais. De acordo com a Previdência, os chamados LER/Dort são responsáveis por mais de 65% dos casos reconhecidos de incapacitação. A falta de uma legislação disposta sobre a aposentadoria por invalidez faz com que o INSS considere essas doenças reversíveis e proporcione apenas o auxílio-doença.



Projeto de Arthur Virgílio foi entregue ontem e começa a tramitar no Senado

Adelmir Santana (C) esteve na manifestação dos funcionários da empresa Fiança, que reivindicam o pagamento de benefícios previstos em contrato

Adelmir apoia reivindicações de servidores terceirizados

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) manifestou o seu apoio aos funcionários da empresa Fiança que prestam serviços ao Senado. Eles paralisaram suas atividades ontem e se reuniram com o diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, para reivindicar o pagamento, pela empresa, dos benefícios previstos nos contratos de trabalho.

Os funcionários da Fiança afirmam que o vale-alimentação foi reajustado em 9 de junho, de R\$ 13 para R\$ 20 por dia, mas este valor nunca foi pago aos trabalhado-

res. Os funcionários querem o pagamento retroativo desses valores.

Adelmir Santana disse acreditar que a situação dos funcionários da Fiança será regularizada em breve. Ele informou que a Mesa do Senado deve realizar uma reunião para elaborar um novo contrato com a empresa.

O parlamentar adiantou também que irá encaminhar à Fiança as reivindicações dos trabalhadores quanto aos valores que vêm sendo pagos como vale-alimentação.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem ao Dia do Administrador

14h Os senadores homenageiam os 45 anos de criação da profissão de administrador. Na sessão de hoje, não haverá votações. Será destinada a discursos de parlamentares e comunicados da Mesa.

CPC Audiência pública em São Paulo

9h30 A comissão especial destinada a examinar o projeto de lei que reforma o Código de Processo Civil realiza audiência pública em São Paulo. Os senadores vão ouvir sugestões e críticas de profissionais da área do Direito.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

A proposta orçamentária prevê aumento de R\$ 300 milhões em relação a 2010, mas número de famílias atendidas permanecerá o mesmo

Bolsa Família deve ter R\$ 13,4 bi em 2011

OS GASTOS COM o programa Bolsa Família em 2011 foram estimados em R\$ 13,4 bilhões na proposta orçamentária que chegou ao Congresso na semana passada, com aumento de R\$ 300 milhões em relação às despesas previstas para 2010. Já o número de famílias atendidas deve permanecer em 12,7 milhões, sem alteração em relação ao cadastro deste ano.

A estimativa de aumento das despesas, sem alteração nos benefícios e no número de pessoas atendidas, se deve à mudança de perfil de algumas famílias que passarão a receber um valor maior, conforme o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Os números do Bolsa Família para 2011 constam de informativo conjunto que as consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados divulgaram na última sexta-feira, em que são destacados os principais aspectos do projeto orçamentário para 2011 (PLN 59/10). Ainda na sexta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) divulgou o cronograma de tramitação da matéria, que deve ser votada na comissão até 14 de dezembro.

O valor total da proposta orçamentária – R\$ 2,05 trilhões – inclui R\$ 678,5 bilhões referentes ao refinanciamento da dívida pública (rolagem de títulos), de efeito apenas contábil. Sem esse valor, o tamanho efetivo do Orçamento é de cerca de R\$ 1,37 trilhão, dos quais R\$ 107,5 bilhões correspondem ao orçamento de investimento das estatais e R\$ 1,26 trilhão aos orçamentos fiscal e da seguridade social (que registram aumento de 9,8% em relação à proposta de 2010).

Pessoal

As despesas com pessoal atingem R\$ 199,6 bilhões, com crescimento nominal de 11,1% em comparação ao projetado

para 2010. Esse valor corresponde a 36,6% da receita corrente líquida para 2011 (a arrecadação total livre das transferências constitucionais para estados e municípios), abaixo do limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 50%.

Outros R\$ 330,4 bilhões correspondem a benefícios previdenciários e assistenciais – R\$ 275,1 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 30,1 bilhões para abono e seguro-desemprego, R\$ 23,4 bilhões para benefícios de prestação continuada e R\$ 1,7 bilhão para renda mensal vitalícia.

Para fixar as despesas de previdência e da assistência social, o governo tomou como base uma correção de 5,5% para o salário mínimo, percentual que reflete a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) projetada para 2010 – nesse caso, o menor salário do país subirá para R\$ 538,15 a partir de 1º de janeiro. Como as centrais sindicais estão cobrando ajuste acima da inflação, qualquer acordo produzirá uma revisão das despesas. As consultorias observam que, para cada R\$ 1 de aumento, o impacto sobre as despesas da seguridade social será da ordem de R\$ 286,4 bilhões.

O governo está destinando R\$ 51,4 bilhões para investimentos em 2011, nos orçamentos fiscal e da seguridade, contra R\$ 44,5 bilhões estimados na proposta inicial do ano passado. Outros R\$ 107,5 bilhões correspondem aos investimentos das estatais. Constituído basicamente por investimentos, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está sendo abastecido com R\$ 43 bilhões, R\$ 11,1 bilhões a mais que o autorizado para 2010.

O projeto não prevê recursos para compensar estados e municípios pelas isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidas aos



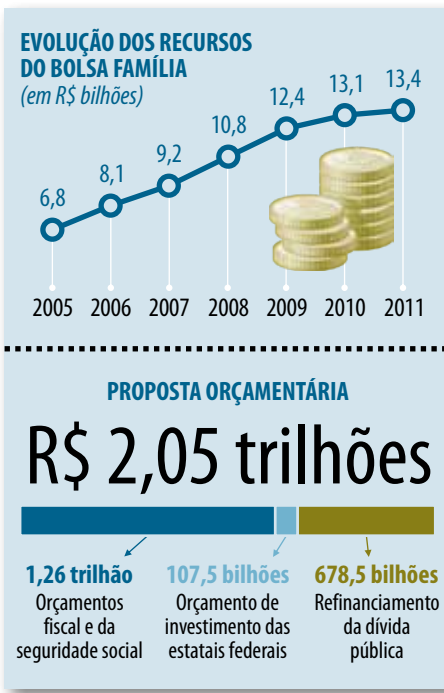
Prefeitura Itaboraí

Despesas devem aumentar por conta da mudança de perfil de uma parte das famílias que passará a receber um valor maior

exportadores nos termos da Lei Kandir.

Uma das primeiras tarefas do Congresso será analisar dados e parâmetros utilizados pelo governo para estimar as receitas para 2011. Pelo cronograma da CMO, os parlamentares poderão apresentar emendas em relação às receitas – inclusive quanto às renúncias – de 6 a 20 de setembro. O coordenador do Comitê da Receita, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), deverá divulgar seu relatório até 10 de outubro.

O governo considerou na elaboração da proposta um crescimento de 6,5% do produto interno bruto (PIB) para 2010, mas os ministros da área econômica já admitem que a expansão pode ficar acima de 7%. Há sinais, portanto, de que os números da receita devem ser ampliados.



Proposta de Paim consolida regras para concessão de aposentadoria especial

O Plenário já pode votar projeto (PLS 233/03-Complementar) do senador Paulo Paim (PT-RS) que agrega diversas normas sobre concessão de aposentadoria especial da Previdência Social atualmente dispersas em leis, decretos, portarias e ordens de serviço, o que dificulta o acesso de trabalhadores e mesmo empregadores a seu conteúdo.

O regime especial permite a trabalhadores que tenham exercido atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física se aposentarem com 15, 20 ou 25 anos de trabalho.

O projeto admite ainda a concessão, em caráter provisório, da aposentadoria especial para trabalhadores que, mesmo não dispondo de laudo técnico-profissional, apresentem razoável prova material – como anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – passível de comprovar a sua condição especial de trabalho.

Para que faça jus ao benefício da aposentadoria especial, o trabalhador deve também, conforme já previsto na legislação, ter realizado um número mínimo de 180 contribuições mensais para o Regime Geral de Previdência Social. Tais contribuições têm como base alíquotas acrescidas de 12, nove ou seis pontos percentuais, conforme o grau de nocividade à saúde da atividade exercida pelo trabalhador, o que lhe possibilita se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, respectivamente.

Escolas serão obrigadas a combater intimidações e agressões contra alunos

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) deve analisar, em decisão final, projeto (PLS 228/10) que inclui entre as incumbências das escolas a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e de combate a intimidações e agressões – práticas conhecidas pelo termo *bullying*, importado do inglês.

Para o autor, senador Gim Argello (PTB-DF), caracteriza-se como *bullying* “extenso leque de comportamentos violentos observados sistematicamente nas escolas – e também em outros ambientes sociais, como prisões, quartéis e até mesmo trabalho”.

Gim observa que, entre as manifestações desse comportamento, incluem-se insultos, intimidações, apelidos pejorativos, humilhações, amedrontamento, quebra de pertences, isolamento e assédio moral, além de violência física.

O *bullying*, como nota o senador, causa enorme sofrimento às vítimas. Isso é mais grave, acrescenta, quando se trata de *bullying* nas escolas, “por afetar indivíduos de tenra idade, cuja personalidade e sociabilidade estão em desenvolvimento”.

Além disso, como ressalta o autor, a vulnerabilidade das vítimas costuma ser acentuada pelo fato delas apresentarem alguma característica que as torna “diferentes” da maioria dos alunos – o que justamente as faz alvos preferenciais dos agressores.

Márcio Kolumbe/Senado Federal



Paulo Paim

J. Freitas/Senado Federal



Gim Argello

José Cruz/Senado Federal



Simon: com digital, novo cartão vai resolver problema dos homônimos

Treze anos depois, nova identidade começa a sair do papel

As carteiras de identidade passarão a ser substituídas, a partir de dezembro, pelo registro de identificação do cidadão (RIC). Trata-se de um número único de registro de identidade civil – disponível por meio de um cartão magnético com a impressão digital e *chip* eletrônico – que promete pôr fim à necessidade de o brasileiro portar vários documentos.

A nova identidade, criada pela Lei 9.454/97, teve origem em projeto de lei (PLS 32/95) do

senador Pedro Simon (PMDB-RS) e vai poder substituir, num só documento, os números do registro geral (RG), do cadastro de pessoa física (CPF), do título de eleitor e do PIS-Pasep, entre outros.

O senador explicou, por meio da assessoria, que o novo cartão deve simplificar a obtenção de documentos e sanar o problema com homônimos, uma vez que, além do conjunto de informações digitalizadas, conterà a impressão digital do portador.

Segundo o Ministério da Justiça, no novo documento serão incluídos, obrigatoriamente, nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, naturalidade, assinatura, impressão digital do indicador direito, órgão emissor, local e data de expedição, além da data de validade. Já os antigos números de RG, título de eleitor e CPF serão optativos, bem como o tipo sanguíneo e a condição de ser ou não doador de órgãos.

Constará ainda do novo cartão

um código conhecido como MRZ (sigla em inglês para zona de leitura mecânica), uma sequência de caracteres de três linhas que agiliza, segundo informações do Ministério da Justiça, o processo de identificação da pessoa e das informações contidas no RIC.

Para armazenar e controlar o número único de registro de identidade civil e centralizar os dados de identificação de cada cidadão, o governo criou ainda o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil.

Hoje, a comissão especial estará em São Paulo para recolher as contribuições e ouvir as críticas de profissionais ligados ao Direito

Debates nos estados ampliam sugestões ao novo CPC

A COMISSÃO ESPECIAL de senadores que analisa o projeto de reforma de novo Código de Processo Civil (CPC) (PLS 166/10) ouvirá sugestões e críticas de profissionais ligados ao Direito, hoje, na cidade de São Paulo. Depois de debates em Recife e Belo Horizonte, na semana passada, essa será a terceira de oito audiências públicas que a comissão pretende realizar este mês, em diferentes capitais do país.

O objetivo, segundo o relator da comissão, senador Valter Pereira (PMDB-MS), é permitir que a reforma do CPC reflita os interesses de toda a sociedade brasileira e expresse o pensamento médio dos profissionais que atuam na área jurídica.

No encontro em Recife, Valter Pereira destacou o fato de o Tribunal de Justiça de Pernambuco – onde foi realizado o debate – já adotar a tese da conciliação como alternativa para evitar que os conflitos se transformem em demandas judiciais. Para o relator, a redução da judicialização dos conflitos da sociedade será um dos objetivos do novo código.

Amanhã, será realizada audiência pública em Florianópolis. Na próxima semana, os debates



Valter Pereira pretende apresentar seu relatório antes do prazo (22 de dezembro)

ocorrerão no Rio de Janeiro, na segunda-feira, e em Salvador, na terça. Na semana seguinte, Valter Pereira vai a Campo Grande, no dia 20, e a Goiânia, no dia 21.

Antes de iniciar as rodadas de debates nos estados, o senador conduziu em Brasília duas audiências públicas sobre o novo CPC, nos dias 30 e 31 de agosto. Ele já anunciou que pretende entregar o relatório final antes de 22 de dezembro, prazo es-

tabelecido no calendário da comissão temporária que analisa o projeto de novo código.

A comissão é presidida pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO) e tem como vice-presidente o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O projeto de novo CPC recebeu 65 emendas dos senadores e é fruto do trabalho de uma comissão de juristas presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux.

Comissão discute Código Eleitoral em Belo Horizonte

A comissão de juristas encarregada pelo Senado de propor mudanças no Código Eleitoral fará em Belo Horizonte, na próxima segunda-feira, a primeira reunião com especialistas para debater sugestões ao trabalho. O encontro será no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG).

A reunião em Belo Horizonte é a primeira de nove que serão realizadas nos estados até o fim de novembro. O debate previsto para o dia 30 de agosto, no Rio de Janeiro, foi adiado e ainda não tem nova data.

A comissão, presidida pelo ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), é integrada por ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e representantes de outros órgãos e entidades. O relator é o ex-ministro do STF Carlos Velloso. O trabalho deverá ser encerrado em seis meses.

Um dos principais objetivos das audiências públicas, segundo José Antonio Dias Toffoli, é coletar sugestões para acabar com a lentidão nos julgamentos dos proces-

sos de cassação de mandato. Para ele, é necessário haver um “parâmetro razoável” para que os processos de cassação sejam julgados e encerrados, evitando que um eleito chegue ao final do mandato com pendências legais.

Além disso, a comissão pretende discutir formas de simplificar os instrumentos judiciais para a cassação de mandatos. Toffoli lembrou, em recente entrevista, que hoje existem cinco diferentes tipos de ação para a perda de mandato e que a racionalização do sistema deve acelerar os processos.

Depois de Belo Horizonte, já estão marcados debates, em setembro, nas cidades de Recife (dia 15) e Florianópolis (25). Em novembro, será a vez de São Paulo (dia 5), Salvador (12), Cuiabá (19), Belém (26) e Brasília (30).

Para os debates, a comissão de juristas dividiu o assunto em quatro sub-relatorias: administração e organização das eleições; Direito Penal Eleitoral e Direito Processual Penal Eleitoral; Direito Processual Eleitoral não Penal; e Direito Material Eleitoral não Penal.



Projeto de Rosalba exige informação sobre validade depois que produto for aberto

Consumidor deverá ter mais informações no rótulo de alimentos

Fabricantes poderão ser obrigados a incluir nos rótulos de produtos alimentícios informações mais completas com relação à composição e à validade dos produtos. Três projetos de lei com essa finalidade estão em exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

Uma das propostas (PLS 408/09), da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), exige que o rótulo apresente o prazo de validade do produto depois da abertura da embalagem. A proposta tramita em conjunto com outra (PLS 1/09), do ex-senador Expedito Júnior.

Rosalba ressalta que nem todos os consumidores percebem que, ao abrir a embalagem, o prazo de validade é extremamente reduzido, expondo as pessoas ao risco de consumir alimentos sem as condições ideais.

Ainda com o objetivo de orientar os consumidores na escolha de uma alimentação mais saudável, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou projeto de lei que sugere a inserção de selos coloridos para identificar a composição nutricional de produtos alimentícios industrializados.



Papaléo Paes quer assegurar em lei pagamento que o Tribunal Superior do Trabalho já admite

Hora extra habitual poderá integrar valor do 13º salário

O valor das horas extras poderá passar a integrar o 13º salário, se a prestação desse serviço for habitual. É o que prevê proposta pronta para ser votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Hoje, decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) já indica que a remuneração do serviço suplementar, quando habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina. Mas, como explica o relator do PLS 470/08, senador Efraim Morais (DEM-PB), o projeto pretende que tal medida esteja prevista em lei, além de deixar claro como o cálculo da integração das horas extras será feito.

Pelo projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o empregado que tiver o costume de fazer horas extras receberá em dezembro o valor total pago por elas no ano, dividido por 12. Nos casos em que o contrato durar menos de um ano, o que foi pago será somado e o total dividido pelo dias trabalhados.

Se aprovada pela CAS, a proposta segue para análise da Câmara, caso não haja recurso de parlamentar para que seja apreciada pelo Plenário do Senado.



Projeto de Renato Casagrande exige uso de fibras nacionais de material reciclado

Livros do MEC devem ser impressos em papel reciclado

Os livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação (MEC) poderão ser impressos em papel reciclado. É o que propõe o senador Renato Casagrande (PSB-ES), autor de projeto que está pronto para entrar na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pela proposta (PLS 612/07), deverá conter fibras (produzidas no Brasil) originárias de material reciclado todo papel utilizado nas publicações distribuídas pelos três diferentes programas nacionais do livro didático e pelo Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE).

Emenda do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), fixa prazos para a implantação gradativa da medida. Até dois anos após a publicação da lei, esses livros deverão ser produzidos com, pelo menos, 5% de fibras provenientes de material reciclado. No terceiro ano, esse percentual aumenta para 15%. A partir do quarto ano, prevê a proposta, todos os livros didáticos adquiridos pelo MEC para distribuição deverão conter, no mínimo, 25% de fibras oriundas da reciclagem de materiais.



Niura Demarchi avalia que proposta de Jefferson Péres pode garantir condições de trabalho

Suspensão do contrato de trabalho é alternativa em caso de crise

A possibilidade de suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa, prevista em projeto (PLS 76/05) do falecido senador Jefferson Péres (PDT-AM), aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta tramita em caráter terminativo e tem parecer favorável da senadora Niura Demarchi (PSDB-SC).

Jefferson Péres ressaltou que essa suspensão já é aplicada em caso de participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador. A ideia é que, nos casos de efetiva dificuldade econômica, a empresa possa contar com outra opção à imediata demissão.

Para Niura Demarchi, a proposta flexibilizaria a legislação trabalhista sem exageros e açosamentos que poderiam levar à degradação das condições de trabalho.

– Proposto em 2005, o projeto patrocinado pelo nosso estimado senador Jefferson Péres antecipou-se à crise econômica que adviria três anos depois e que ainda aflige empresários e trabalhadores não só do Brasil, mas de outros países – observa.